

# Conversão Sem Fé

O projeto de Conversão de Dívida Externa em capital votado ontem pelo Conselho Monetário reflete a lastimável descostura em que se transformou a política econômica brasileira, pressionada por segmentos radicais na Constituinte, alvejada pela tecnoburocracia que quer concentrar mais ainda o poder nas mãos de um Estado quebrado e ineficiente, e conduzida por um Banco Central e um Ministério da Fazenda incapazes de formular um horizonte de longo prazo à altura das reais necessidades de modernização do país.

Tão pífia e pobre de convicções foi a decisão do Conselho Monetário Nacional que a Bolsa de Valores caiu exatamente no dia de sua divulgação. Tão desconexas são as linhas de contato entre Brasília e o resto da sociedade que apesar de um alto burocrata falar em leilões nas Bolsas, a área profissional de uma das mais importantes dessas instituições desconhecia totalmente como implantar tais mecanismos, quanto tempo levaria para apparelhar seus sistemas de processamento de dados ou que medidas elementares tomar para cumprir a lei.

Sabe-se que a questão do prazo mínimo de permanência dos créditos externos convertidos foi discutida durante a reunião do Conselho Monetário na base do palpite, com alguns propondo oito, outros quinze, e outros, finalmente, doze anos de bloqueio, como se estivesse apenas em nossas mãos o direito soberano de atrair, amarrar e fixar o capital de risco no país.

O pior de tudo, porém, é a forma descosturada e descoordenada como se vem tratando a questão do investimento a longo prazo. O ministro da Fazenda alega que o país não pode ficar parado à espera da Constituinte. Parado já está, e por mais que os teóricos de todos os naipes que saltaram para a passarela econômica brasileira com a Nova República se esforcem para explicar, não podem fugir do fato de que inflação é puro reflexo de desajuste entre procura e oferta. Temos aí uma indústria de automóveis que não investe porque o Estado congela seus preços, temos uma agricultura que vive aos sobressaltos com os congelamentos e ziguezagues nas taxas de juros, um capital estrangeiro que fugiu do país diante das ameaças jacobinas, e uma onda burramente estatizante como esta que ameaça transformar em letra morta na Constituinte a resolução de conversão da dívida mal saída do forno, mesmo com todas as limitações e medos com que foi gestada.

Falta inspiração e falta projeto na política econômica brasileira, e falta tudo isso porque a política econômica está sendo impulsionada por um ambiente político hostil ao que é verdadeiramente moderno. Não se cogita usar a conversão da dívida para democratizar o capital das estatais, para aumentar o capital acionário votante das companhias, mas para emitir mais ações preferenciais sem direito a voto e sem que se contemplem processos de privatização e abertura dessas empresas para os próprios empregados e o público em geral.

A burocracia que gerou essa resolução quer simplesmente trocar papel por papel com um deságio, o que significa esperar do investidor estrangeiro ou um conformismo absoluto para se livrar das nossas dívidas, ou um retorno de investimento a custos altíssimos pelo deságio implícito. Em termos simples, a resolução se arrisca a só atender mesmo a quem estiver querendo sair de qualquer jeito, livrando-se do risco Brasil.

A decisão do Conselho Monetário cria um círculo vicioso ao obrigar a conversão de dívidas públicas dentro do próprio setor privado, o que significa capitalizar mais ainda o Estado que confiscou ao longo dos anos os dólares das sobras geradas na balança comercial pelo setor privado. No fundo, estamos diante de um conjunto de restrições, e não do que poderia ser uma forte alavanca de estímulo. Os aspectos positivos da resolução, tais como a revogação da carta circular 1.125, permitindo a conversão de créditos que tenham sido objeto de cessão no exterior, o que torna possível a um investidor estrangeiro adquirir títulos da dívida externa brasileira no mercado internacional para efetuar investimentos no Brasil, naufragam diante da mediocridade geral que inspirou esta coisa.

O presidente José Sarney estaria disposto a governar, agora que a Constituinte avançou na definição de seu mandato, acima das pressões políticas que o impediram de tomar decisões corajosas, sem concessões populistas. Pelo visto, o Presidente pode agora queixar-se de um novo processo usurpador. A conversão de dívida em capital arrisca-se a demonstrar que a tecnoburocracia já se armou para ocupar o terreno, constituindo novos cartórios onde aqueles que entraram livremente para financiar tomadores internos de recursos terão de formar filas à espera dos confessionários para a conversão oficial.